

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 30 No. 2 2017

ESPECIAL: CRÍTICA FEMINISTA E ARQUEOLOGIA

ARTIGO

SEXUALIDADE E TEORIA QUEER: APONTAMENTOS PARA A ARQUEOLOGIA E PARA A ANTROPOLOGIA BRASILEIRAS

Fabiano de S. Gontijo*, Denise P. Schaan**

RESUMO

Este artigo parte de várias perguntas e inquietações que dizem respeito ao lugar dos estudos sobre sexualidade na arqueologia brasileira. Iniciamos apresentando a relação entre os estudos de gênero e os estudos de sexualidade, um pouco do legado da crítica feminista na formação da teoria queer e da perspectiva construtivista em bioarqueologia no que diz respeito às (re)considerações de sexo, sexualidade e gênero. Em seguida, mostramos como se instituiu, ao longo da década de 2000, nos Estados Unidos e nos países de língua inglesa em geral, o que vem se convencendo chamar de *queer archaeology* ou uma arqueologia informada pela teoria queer. Por fim, terminamos com a análise da exígua produção brasileira sobre sexualidade no âmbito da arqueologia e exortamos para que um campo de estudos de sexualidade comum à arqueologia e à antropologia seja constituído no Brasil.

Palavras-chave: Arqueologia; Sexualidade; Teoria Queer.

ABSTRACT

This article is based on several questions and concerns related to the place of sexuality studies in Brazilian archaeology. We begin by presenting the relationship between gender studies and sexuality studies, a little bit on the legacy of feminist critique in the formation of queer theory, and the constructivist perspective in bioarchaeology with regard to (re) considerations of sex, sexuality and gender. We then show how, throughout the United States and English-speaking countries, what has come to be known as queer archaeology or an archaeology informed by Queer theory was instituted throughout the 2000s. Finally, we end with the analysis of the limited Brazilian production on sexuality in the field of archaeology and we urge that a field of sexuality studies common to archaeology and anthropology be constituted in Brazil.

Keywords: Archaeology; Sexuality; Queer Theory.

* Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Bolsista de Produtividade em Pesquisa/CNPq. Endereço: PPGA/UFPA – R. Augusto Corrêa, 01 – CEP 66075-110 – Belém – Pará – Brasil. Email: fgontijo2@hotmail.com.

** Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Bolsista de Produtividade em Pesquisa/CNPq. Endereço: PPGA/UFPA – R. Augusto Corrêa, 01 – CEP 66075-110 – Belém – Pará – Brasil. Email: schaandenise@gmail.com.

APRESENTAÇÃO

É reconhecida a importância da obra de Bronislaw Malinowski para a consolidação da antropologia em nível mundial como campo disciplinar, científico e autônomo na primeira metade do século XX. Ele publicou, no início da década de 1920, *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, um belo relato sobre o modo de vida dos moradores de uma pequena ilha do Arquipélago de Trobriand, na Papua Nova Guiné. O texto obteve êxito imediato, por um lado, por se apresentar como uma crítica feroz à noção de sociedades “primitivas”, até então divulgada pela antropologia de inspiração evolucionista, e, por outro, por confrontar-se com a metodologia vigente, caracterizada pela “antropologia de gabinete”, ao pregar a necessidade da convivência do antropólogo pelo maior período de tempo possível na comunidade junto à qual se pretendia estudar objetivando a captura do *ponto de vista dos nativos* sobre a sua própria existência (MALINOWSKI, 1976).

Quase sessenta anos após Bronislaw Malinowski, a antropóloga norte-americana Annette B. Weiner publicou os resultados de suas pesquisas etnográficas realizadas na mesma ilha. Ela não pôde concordar com o mestre polonês no que diz respeito ao funcionamento de alguns aspectos da realidade social local. Bronislaw Malinowski teria deixado de lado (voluntariamente) um tema de fundamental importância para a compreensão das relações sociais locais: o trabalho produtivo das mulheres. Annette B. Weiner, ao acompanhar as mulheres a uma cerimônia de oferendas de roupas feitas de fibras vegetais – bens propriamente femininos – por ocasião de um funeral, pôde se dar conta efetivamente da importância das atividades econômicas das mulheres (WEINER, 1976). Com isso, a autora foi capaz de revisar a percepção construída por Malinowski das relações de parentesco locais e colocar a ênfase na relação entre a mulher e seu irmão, sempre tendo como fundamento o ponto de vista da mulher. A autora conseguiu, em seguida (WEINER, 1992), propor “uma nova abordagem sobre a norma da reciprocidade ao tratar dos bens inalienáveis que são “autenticados cosmologicamente” para compor o jogo paradoxal do “*keeping-while-giving*” ou *manter-em-se-dando*” (ou manter enquanto dá crédito) (GONTIJO, 2017).

A abordagem de Annette B. Weiner corrigiu e complementou os dados etnográficos produzidos por Malinowski, o que só foi possível em razão da emergência, entre os períodos em que viveram esses dois antropólogos, dos *gender studies* ou dos *women studies* em antropologia. No entanto, a crítica feminista das décadas de 1980 e 90, radicalizando alguns aspectos desses estudos emergentes sobre gênero, colocaria mais lenha nessa fogueira antropológica: em sociedades não muito distantes das Ilhas Trobriand, Maureen MacKenzie (1991), observando as bolsas fabricadas por mulheres e decoradas por homens e seus usos e percursos, reconhece a importância da obra de Annette B. Weiner para corrigir o viés androcêntrico dos trabalhos de Bronislaw Malinowski, mas avança que, em vez de limitar a pesquisa à estratégia de focar na centralidade do trabalho feminino – o que também é um ponto de vista parcial, segundo a autora –, Annette B. Weiner poderia ter analisado com mais rigor os meios através dos quais homens e mulheres moldam, uns aos outros, as suas subjetividades, as suas visões de mundo e os seus domínios de atuação na Melanésia.

Marilyn Strathern (1988), pesquisando nas montanhas da Nova Guiné, já havia atentado para o fato de que, no mundo melanésio, os conceitos de pessoa e sociedade não são fixos, as pessoas não são indivíduos, e as redes de pessoas não compõem necessariamente o que conhecemos como sociedade (STRATHERN, 1988). Nesse contexto, segundo a autora, o gênero não é uma condição preexistente da ação social, e os homens e mulheres – tal como visualizados pelos pesquisadores ocidentais, dentre os quais, a própria autora – são diferenciados somente em função de determinadas

condições: no Ocidente, homens e mulheres são categorias relacionais e, como tais, se vinculam pelas suas diferenças de maneira continuada, enquanto, na Melanésia, o gênero seria construído, transacionado e negociado situacionalmente, corporificando-se (STRATHERN, 1988). Enquanto isso, na arqueologia, a crítica feminista dos anos 1980 clama pelo fim do preconceito androcêntrico com relação ao passado, propondo-se a encontrar mulheres, velhos e crianças no registro arqueológico. Apesar de não questionar o binarismo nesse primeiro momento, essas arqueólogas tiveram um papel importante em criticar a abordagem positivista na arqueologia (CONKEY, 1993; CONKEY & GERO, 1997). Eis como os estudos de gênero e a crítica feminista podem não somente rever os dados de pesquisas realizadas anteriormente, mas complementar informações sobre certas realidades sociais.

Da mesma forma, diversos estudos realizados nas últimas décadas vêm mostrando que práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo são universais (ou melhor, pessoas consideradas contextualmente como sendo do mesmo sexo), sendo observadas em praticamente todas as sociedades e em todas as épocas, podendo, em muitos casos, tomarem formas identitárias específicas que questionam a universalidade do binarismo vigente no discurso hegemônico jurídico-médico ocidental. Boa parte desses textos ainda são marcados por um certo essencialismo histórico ou anacronismo – ou seja, uma tentativa de procurar indícios da “homossexualidade” em outras épocas ou sociedades, sem problematizar adequadamente as categorias médico-jurídicas de gênero, sexualidade e sexo ocidentais (BREMNER, 1996; CARDÍN, 1989; DOVER, 1978; DYNES & DONALDSON, 1992; GONTIJO, 2004; MURRAY, 1995, 2000; MURRAY & ROSCOE, 1997; NARDI & SCHNEIDER, 1998; OYEWÚMI, 1997; PLUMMER, 1992; ROSCOE, 1991, 1998; SERGENT, 1986). Esses estudos, em conjunto com outros desenvolvidos por biólogos, primatólogos, geneticistas, paleoantropólogos, bioarqueólogos, arqueólogos e bioantropólogos vêm contribuindo fortemente para denunciar os limites culturais e históricos do dimorfismo sexual e para incentivar as pesquisas sobre a variabilidade das práticas sociais humanas no que diz respeito aos marcadores da diferença de gênero e de sexualidade. Eis um outro caso de como os estudos de gênero, a crítica feminista e, sobretudo, a teoria queer podem apurar o nosso entendimento das relações sociais humanas.

Na antropologia brasileira, os estudos de gênero e a crítica feminista, por um lado, e, por outro, a teoria queer vêm complementando os dados que já se tinha e produzindo novos sobre as relações sociais em contextos urbanos e rurais, em situações etnicamente diferenciadas, a partir do princípio da construção social e elaboração cultural das expressões da diversidade sexual e de gênero. Assim, por exemplo, recentemente, pesquisas vêm denunciando o modo como o sistema colonial teria minimizado a sexualidade, não somente do indígena e do quilombola e/ou do escravo africano, mas também dos camponeses – embora outros estudos apontem para a hipersexualização das pessoas negras na formação da nação e também para a violência sexual em relação às mulheres negras e indígenas no Brasil colonial. Desse modo, essas pesquisas contribuem para que se obtenham informações mais aperfeiçoadas sobre as configurações atuais das expressões da diversidade sexual e de gênero como frutos de relações históricas de poder e dominação e estão a serviço da arqueologia e de qualquer outro campo disciplinar instituído. (FERNANDES, 2015; FERNANDES *et al*, 2016; HURTADO, 2014; LÓPEZ, 2015; TOTA, 2013).

Se, em antropologia (e, em menor grau, em história), as pesquisas pululam com incontáveis evidências etnográficas sobre a variabilidade, não somente das práticas sexuais, mas das identidades a elas atreladas, pelo mundo afora – e muitas vezes informadas pelas relações de gênero –, por que é que, em arqueologia, o campo de

estudos da sexualidade demorou tanto a se autonomizar? E, ainda assim, por que esse campo é uma realidade mais comum nos países de língua inglesa? Qual é o papel da teoria queer e das perspectivas críticas na consolidação do campo de estudos de sexualidade em arqueologia? Qual é o (não) lugar (in)ocupado pelos estudos de sexualidade na arqueologia brasileira? Como os campos de estudos de sexualidade em arqueologia e em antropologia podem atuar em conjunto para combater a colonialidade do saber e seu corolário, a colonialidade do gênero e da sexualidade? Para tentar responder a essas perguntas (o que, de antemão, avisamos que não será possível fazer completamente no âmbito desse artigo), iniciaremos apresentando a relação entre os estudos de gênero e os estudos de sexualidade, o legado da crítica feminista na formação da teoria queer e a perspectiva construtivista em bioarqueologia no que diz respeito às (re)considerações de sexo, sexualidade e gênero. Em seguida, mostraremos como se instituiu, ao longo da década de 2000, nos Estados Unidos e nos países de língua inglesa em geral, o que vem se convencendo chamar de *queer archaeology* ou uma arqueologia informada pela teoria queer. Enfim, terminaremos com a análise da exígua produção brasileira sobre sexualidade no âmbito da arqueologia e exortaremos para que um campo de estudos de sexualidade comum à arqueologia e à antropologia seja constituído no Brasil. Para tanto, consideraremos aqui, junto com Claassen, que gênero e sexualidade são campos complementares: “*There is another social function of gender to be considered and that is the social marker of sexually appropriate partners. [...] If the reader accepts this social function of gender, then an archaeology of gender is an archaeology of sexuality*”¹ (CLAASSEN, 1992:).

A CRÍTICA FEMINISTA, A TEORIA QUEER E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES BIOCULTURAIS SOBRE A SEXUALIDADE

Em 1990, numa conferência na Universidade da Califórnia, em Santa Cruz, Teresa DeLauretis propôs que se chamasse de “teoria queer” um necessário novo modo de pensar capaz de romper com as classificações binárias de gênero e a compulsoriedade arbitrária da heterossexualidade, e, assim, fosse estabelecida a fluidez do conceito de identidade (DE LAURETIS, 1991). Embora a própria cunhadora do termo o tenha abandonado três anos depois, a proposta teve grande repercussão após a publicação dos textos da conferência na Revista *Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies*, em 1991. Ao longo da década de 1990, diversos outros pesquisadores, sobretudo de língua inglesa, aprimoraram a proposta, introduzindo uma perspectiva crítica apropriada para desconstruir radicalmente as classificações sexuais e subverter, também radicalmente, as convenções da ordem sexual e de gênero – e, por conseguinte, questionar toda e qualquer normatividade. A emergência da teoria queer se inscreve na linha dos estudos de gênero, dos estudos gays e lésbicos, da crítica feminista e do ativismo da “*Queer Nation*” (MANIFESTO, 2016), baseados no princípio do caráter construído socialmente, elaborado culturalmente e dependente historicamente das categorias de sexo, gênero e sexualidade (JAGOSE, 1996; WARNER, 1993).

Entre as décadas de 1970 e 90, o gênero vinha se referindo a uma expressão cultural e política do sexo biológico; e a sexualidade, como uma função do gênero (RUBIN, 1975). Entre as décadas de 1980 e 90, acirrou-se o que ficou conhecido nos Estados Unidos como a “guerra dos sexos”, um período em que acadêmicos e militantes passaram a veementemente questionar, no âmbito dos estudos feministas, a relação

¹ Nossa tradução livre do inglês: “Há outra função social do gênero a ser considerada, que é o marcador social dos parceiros sexualmente apropriados. [...]. Se o leitor aceitar essa função social do gênero, então uma arqueologia do gênero é uma arqueologia da sexualidade.”

entre sexualidade e gênero, despontando uma série de pesquisas sobre temas desestabilizadores para os estudos feministas até então: a homossexualidade, a prostituição, a pornografia, o sadomasoquismo, a monogamia, o estupro, a promiscuidade, as relações entre mulheres, o sexo interracial e intergeracional, além de tópicos relativos à AIDS, o que levou para a arena pública as dificuldades que as teorias de gênero tinham para lidar com as questões relativas à sexualidade. Foi nesse contexto, com a publicação de um conjunto de textos que traziam à tona teorizações da sexualidade, da abjeção e do estigma, que irromperia a teoria queer (BUTLER, 1990, 1993; JAGOSE, 1996; MORTON, 1996; SEDGWICK, 1990; WARNER, 1993).

Tal proposta teórica logo se tornaria, entre acadêmicos e militantes dos países de língua inglesa, uma fonte quase interminável de possibilidades críticas, expandindo-se para diversos campos de estudos que demonstrassem limitações em razão da rigidez das normatividades vigentes (SEDGWICK, 1990). David Halperin, com efeito, declara em 1995 que “[...] *queer is by definition whatever is at odds with the normal, the legitimate, the dominant. There is nothing in particular to which it necessarily refers*”² (HALPERIN, 1995:62), o que influenciaria sobremaneira a arqueologia e a antropologia naqueles contextos acadêmicos no que diz respeito ao interesse desses campos disciplinares nos estudos do corpo e das identidades, para além dos estudos de gênero e sexualidade (CASELLA & FOWLER, 2005). Embora a teoria queer devesse muito à crítica feminista e à antropologia do gênero das décadas de 1970 e 80 (ROSALDO & LAMPHERE, 1974; REITER, 1975), houve, num primeiro momento, a necessidade de se redefinir, sobre uma base mais construtivista, as categorias e classificações de sexo, sexualidade e gênero para, em seguida, distinguir os estudos de gênero dos estudos de sexualidade e, no final, propor a ruptura crítica definitiva com as normatividades de todos os tipos.

Anne Fausto-Sterling (1993) examinou a maneira como se constituíram os sistemas médico-jurídicos ocidentais de classificações sexuais binárias, segundo os quais só existiriam dois sexos biológicos que determinariam duas formas de comportamentos a eles atreladas. A autora propôs, na linha da crítica feminista e da teoria queer, a inversão da lógica: os sistemas médico-jurídicos teriam naturalizado o dimorfismo sexual com o intuito de essencializar assim também o binarismo de gênero. Apesar das inúmeras evidências de realidades sexuais múltiplas observadas pelo mundo afora e/ou em diversas épocas, o padrão persistente até os dias de hoje que divide o mundo em dois princípios –macho/masculino e fêmea/feminino – teria surgido na Europa do final da Idade Média com o objetivo de organizar as questões relativas à paternidade, à legitimidade do parentesco aristocrático, à herança e à sucessão no acesso aos títulos de nobreza e à elegibilidade para a ocupação de certas funções corporativas e profissionais (FAUSTO-STERLING, 1993). Ao longo dos séculos XIX e XX, a comunidade médico-científica teria corroborado o que a comunidade jurídica havia iniciado, apagando por completo qualquer possibilidade sexual que não confirmasse a presença dos dois polos possíveis, macho ou fêmea, no âmbito do padrão heterossexual de relações, como também avançou Thomas Laqueur (1990).

Para Anne Fausto-Sterling, o mesmo discurso médico-científico que(se) sustenta (sobre) o dimorfismo sexual, reconhece que existem outras possibilidades biológicas, para além das duas classes taxonômicas macho/fêmea. A bióloga mostra que, de fato, há cinco possibilidades, de acordo com os critérios médico-científicos usados para definir o sexo biológico: além dos polos macho e fêmea, deve-se levar em consideração os sujeitos intersexuais – um termo cunhado pela mesma ciência que reduz o mundo aos

² Nossa tradução livre do inglês: “[...] queer é por definição tudo o que está em desacordo com o normal, o legítimo, o dominante. Não há nada em particular a que necessariamente se refira.” (grifos do autor no texto original).

dois polos. Dentre os intersexuais, fala-se de “verdadeiros hermafroditas” para designar aqueles sujeitos que possuem um testículo e um ovário e de “pseudo-hermafroditas” para designar aqueles sujeitos que possuem testículos e alguns aspectos da genitália feminina, mas não possuem ovários, ou, inversamente, aqueles sujeitos que possuem ovários e alguns aspectos da genitália masculina, mas não possuem testículos.

Para a autora, cada uma dessas categorias médico-científicas apresenta uma imensa complexidade de formas, necessidades especiais, sensações específicas e emoções particulares, inexploradas pela ciência em razão do fato de que a medicina preferiu desconsiderar a existência dessas possibilidades, transformando os corpos desses sujeitos – considerados “abjetos”, segundo Butler (1993) – para se adequarem aos dois polos desejáveis socialmente, macho/fêmea (FAUSTO-STERLING, 1993). Ao longo do século XX, entra em ação o biopoder para fornecer o “tratamento” à intersexualidade, considerada como uma anomalia médica e jurídica, com uma série de conhecimentos em bioquímica, embriologia, endocrinologia, psicologia e cirurgia com a finalidade de controlar, domesticar, docilizar e civilizar esses corpos que, a qualquer momento, poderiam mostrar ao mundo do que eram capazes (FOUCAULT, 1976): como diz Anne Fausto-Sterling, os intersexuais “[...] *possess the irritating ability to live sometimes as one sex and sometimes the other, and they raise the specter of homosexuality*”³(1993:24).

Pamela L. Geller (2005), por sua vez, propõe o uso da perspectiva queer na abordagem bioarqueológica ou na análise osteológica para além da perspectiva de Fausto-Sterling. Pamela L. Geller acredita que é necessário questionar com mais rigor (e impugnar) os critérios usados pelos profissionais da área da medicina para a definição das diferenças biológicas entre os sexos, os traços diferenciais e as escalas estabelecidas e, assim como Anne Fausto-Sterling, aponta para o fato de que, embora muitos bioantropólogos e bioarqueólogos continuem apontando para a existência de somente dois sexos “normais”, as possibilidades existenciais entre as duas polaridades são bastante expressivas, evidenciando-se materialmente aos arqueólogos mais atentos (ou mais interessados) em seus registros. Servindo-se da análise das performances de gênero de Judith Butler (1990, 1993), segundo a qual as diferenças sexuais são instituídas socialmente através da maneira como se performatizam discursivamente os gêneros, Pamela L. Geller, em suas pesquisas sobre a diversidade sexual e de gênero entre os maias e entre os povos indígenas norte-americanos, conclui, primeiramente, que estimar o sexo dos sujeitos pela análise osteológica ou bioarqueológica não informa sobre as concepções de gênero das populações em questão – e suas performances de gênero – e, em seguida, que os pesquisadores deveriam levar em consideração a possibilidade de que em determinadas culturas as diferenças sexuais não são obrigatoriamente ditadas pela genitália, por fluidos corporais ou pelas capacidades reprodutivas, nem limitadas a somente duas categorias exclusivas, mas a uma multiplicidade delas (GELLER, 2005).

Silvana M. B. Tarli e Elena Repetto (1997) acrescentam que o dimorfismo sexual implica não em um binarismo simples, mas em um conjunto de diferenças definidas pelos pesquisadores e que os critérios usados para medir as variações podem se distinguir de um grupo de pesquisado para outro. Depois de comparar diversas amostras de origens muito variadas entre si (comparações entre populações da Idade do Ferro e etruscos da Itália; entre populações da Idade do Ferro e da era romana da região da Marca, na Itália; entre populações do Paleolítico Superior e do Mesolítico; e, enfim,

³ Nossa tradução livre do inglês: “[...] possuem a irritante habilidade de viver ora como um sexo, ora como o outro, e carregam o espectro da homossexualidade.”

entre populações egípcias dos Períodos Pré-Dinástico e Dinástico), as autoras concluíram que “[f]rom the biological view point, the degree of sexual dimorphism is peculiar to each population, which has its own sources of variation”⁴ (1997:202). Elas demonstram, a partir da análise bioarqueológica de ossos e dentes, que as diferenças sexuais dentro de uma mesma população e entre populações têm mais a ver com as condições sociais, econômicas e ambientais sob as quais as pessoas vivem ou viviam do que com diferenças físicas entre machos e fêmeas ou com necessidades seletivas e traços reprodutivos.

Adrienne Zihlman (2013) chega às mesmas conclusões, considerando dados moleculares, resultados de investigações de campo na área da primatologia junto a chimpanzés, registros arqueológicos e evidências etnográficas de pesquisas com os !Kung do Deserto do Kalahari, na África (povos tidos como os humanos vivos descendentes diretos das primeiras linhagens de *homo sapiens*, em razão de seu DNA). A autora alerta para o perigo de se projetar no passado as ansiedades ocidentais atuais quanto à reprodução, à monogamia, à família, ao dimorfismo sexual e ao binarismo de gênero, ao examinar a maneira como se constituiu pejorativamente, em arqueologia e em antropologia, a primazia da caça sobre a coleta, sendo a primeira considerada como masculina e superior, e a segunda, feminina e inferior (DAHLBERG, 1981; LEE & DeVORE, 1968). Enfim, conclui-se que os métodos de determinação sexual são culturalmente elaborados e não estão imunes aos juízos de valor vigentes, o que influencia a interpretação dos dados bioarqueológicos, em particular no que diz respeito às definições, considerações ou caracterizações de sexo, gênero e sexualidade (GELLER, 2008, 2009; HOLLIMON, 2011; SCHMIDT & VOSS, 2000; SOFAER, 2006)⁵.

A partir da teoria queer, não se trata mais de questionar, assim, “se” existem outras formas de expressões sexuais para além do dimorfismo sexual e do binarismo de gênero. O dimorfismo e o binarismo se apresentam como taxonomias construídas socialmente para fins políticos. A realidade das outras tantas formas já foi – e está sendo cada vez mais – atestada pela biologia crítica, seguida da bioarqueologia e confirmada pelas evidências etnográficas (LEWIN & LEAP, 2009). Restaria à arqueologia mostrar “como” se expressam e se expressavam as múltiplas variantes da diversidade sexual e de gênero na espécie humana ao longo de sua história, suas particularidades, perspectivas próprias e transformações (BLACKMORE, 2011; DOWSON, 2009; VOSS, 2009).

A arqueologia – assim como a antropologia social e a bioantropologia – teria um papel fundamental e preponderante na desessencialização e na desnaturalização das estruturas de poder vigentes na atualidade. Para isso, seria preciso que, a princípio, os arqueólogos refletissem sobre o seu próprio lugar no mundo social, a sua postura acadêmica, a sua posição política e os seus conhecimentos situados, para minimizar os efeitos perversos do seu lugar, da sua postura, da sua posição e dos seus conhecimentos situados na análise e na interpretação dos dados, evidências e registros e na produção dos discursos sobre a vida social passada, evitando projetar sobre os dados os seus próprios anseios e ansiedades (VOSS, 2009). Respondendo à preocupação com a posicionalidade e a reflexividade na pesquisa arqueológica, assim como os antropólogos que estudam a sexualidade fazem (LEWIN & LEAP, 1996, 2009), os arqueólogos estariam assim capacitados para imaginar ordens e sistemas de gênero, sexualidades e

⁴ Nossa tradução livre do inglês: “Do ponto de vista biológico, o grau de dimorfismo sexual é particular a cada população, cada uma tem suas próprias fontes de variação.”

⁵ Há nuances nas propostas teóricas de Geller, Sofaer, Zihlman e Hollimon que não cabe aqui abordar. Para mais detalhes, ver AGARWAL & GLENCROSS (20110).

desejos instáveis, fluidos e sempre contingentes, muito ou radicalmente diferentes daqueles de suas próprias sociedades (AIMERS & RUTECKI, 2016; THOMAS, 2000).

Dessa forma, a crítica queer se estabelece a partir das seguintes definições: o *sexo* teria a ver com a maneira como culturalmente é elaborada, num determinado contexto social, a percepção acerca das diferenças biológicas e genéticas entre os corpos relacionadas à reprodução – por exemplo, as distinções de cromossomos, hormônios e órgãos, de acordo como o sistema médico-científico ocidental –, ao passo que o *gênero* teria a ver com a maneira como se instituem (e se institucionalizam) politicamente, num determinado contexto de relações de poder, as percepções culturalmente elaboradas sobre as diferenças entre os corpos, performatizando-se a construção social assim instituída. Enfim, *sexualidade* teria a ver com a organização social, a formulação cultural e a instituição política da vida sexual e das relações sexuais entre as pessoas, referindo-se, segundo Barbara L. Voss e Robert A. Schmidt (2000), às atividades sexuais (ligadas ao coito, ao orgasmo e às estimulações individuais e interpessoais de todo tipo), ao erotismo (ligado aos sentidos e representações que estimulam o interesse sexual ou têm uma carga sexual), às identidades sexuais (ligadas às escolhas dos/as parceiros/as e das modalidades/moralidades sexuais e à construção das subjetividades), aos sentidos sexuais (ligados ao modo como certos objetos e situações referem a vida sexual) e, enfim, às políticas sexuais (ligadas aos sistemas morais que arrolam as relações sexuais às estruturas sociais de poder).

"QUEER ARCHAEOLOGY": A CONSTITUIÇÃO DE UM CAMPO

Os resultados das primeiras pesquisas arqueológicas de inspiração crítica – ou *queer archaeology* –, questionando a normatividade, o essencialismo das identidades e a estabilidade das ordens de gênero e sexualidade, começam a aparecer, sob a forma de publicações em língua inglesa, na virada das décadas de 1990 para 2000, com o intuito de desafiar a prática e os discursos arqueológicos em vigor. Segundo Thomas A. Dowson (2000a; 2000b), um dos ideólogos da virada crítica, não se tratava simplesmente de procurar por indícios da “homossexualidade” ou outras formas de desvios dos nossos antepassados, nem de inferir sobre as origens da “homossexualidade” na humanidade: “*Such is the agenda of an ‘archaeology of homosexuality’ that proposes to use the experiences of gay men living in the twentieth century to provide a theoretical model of homosexual behaviour and material culture. Ethnographic evidence shows such an archaeology agenda to be futile*”⁶ (2000a:287).

Para Thomas A. Dowson, uma arqueologia de inspiração queer não deve olhar o passado através das lentes do presente em busca de justificativas históricas e arqueológicas para práticas atuais. No estudo, por exemplo, dos chamados terceiro ou quarto sexos entre os indígenas norte-americanos ou dos *hijras* indianos, deve-se considerar essas “formas identitárias” a partir da lógica das culturas nas quais se inserem, e não como formas de “homossexualidade” – taxonomia médico-jurídica ocidental –, sob o risco de se negar a diversidade de identidades sexuais existentes pelo mundo afora nos dias de hoje e ao longo da história da evolução humana (DOWSON, 2000a). Se a crítica feminista desafia a norma sexista e androcêntrica, a crítica queer desafiaria, assim, não somente o sexismo, mas a heteronormatividade e todas as formas normativas corporificadas (e todos os anacronismos correlatos).

⁶ Nossa tradução livre do inglês: “Essa é a agenda da ‘arqueologia da homossexualidade’, que se propõe em usar as experiências de homens gays vivendo no século XX para fornecer um modelo teórico do comportamento homossexual e da cultura material. As evidências etnográficas mostram que essa agenda arqueológica é inútil.”

Em 2000, Thomas A. Dowson organiza o dossiê intitulado *Queer Archaeologies*, na revista norte-americana *World Archaeology* (volume 32, número 2), reunindo artigos que tinham por objetivo, não o de aprender a construir melhor o passado, mas o de aprender novas e diferentes maneiras de reconstruir o passado, ou seja, “[q]ueer archaeologies challenge all aspects of established normative practice”⁷ (DOWSON, 2000b:164). O dossiê começa com três artigos que tratam do fazer arqueológico e do campo de estudos sobre sexualidade em arqueologia: o primeiro é um interessante relato anônimo de uma arqueóloga sobre as dificuldades de se fazer pesquisa arqueológica quando se é designada como mulher; continuando num tema próximo, o artigo de Cheryl Claassen trata da homofobia que teria afastado as mulheres da arqueologia de língua inglesa até a década de 1950, e da homofobia que persiste na disciplina, impactando no ensino de arqueologia, na formação das redes de pesquisadores e na profissionalização; e o terceiro, de autoria de Barbara L. Voss, traz uma revisão da produção de conhecimentos em arqueologia sobre as sexualidades passadas.

Os seis artigos seguintes são estudos de caso, sendo, talvez, os mais impactantes (em termos de citações) o primeiro, de Greg Reeder, o segundo, de Eleanor Casella e o terceiro, de Robert Wallis. No primeiro, Greg Reeder indefere a explanação que os pesquisadores vinham dando à relação que teria existido entre dois homens encontrados juntos num túmulo do Antigo Império do Egito, mostrando que não se tratava de irmãos gêmeos, mas de amantes; no segundo, Eleanor Casella analisa documentos e registros materiais relativos a uma colônia prisional australiana para mulheres britânicas, apresentando como podem ser estudadas as relações entre pessoas do mesmo sexo em arqueologia histórica; e, enfim, no terceiro, Wallis aborda o neo-xamanismo druídico numa perspectiva (polêmica) autoarqueológica, o que é tratado como uma postura metodológica queer.

No mesmo ano de 2000, Robert A. Schmidt e Barbara L. Voss lançam o livro *Archaeologies of Sexuality*, contendo 16 textos divididos em quatro partes (“Where it happens: structured space and sex”; “The stuff of sex: material culture and sexuality”; “Sexual identities, sexual politics”; e “The sexual gaze: representation and imagery”), todos eles oriundos de pesquisas de campo realizadas ao longo da década de 1990 nos mais diversos contextos e situações (desde conventos da Idade Média europeia até bordeis norte-americanos; desde a sexualidade masculina pré-colombiana maia até os terceiros sexos do Missouri pré-histórico; desde as utopias sexuais na arquitetura soviética até a vida doméstica e ritual do Império Novo do Egito, passando por boates sadomasoquistas de San Francisco ou práticas xamanísticas que influenciaram a sexualidade mesolítica, entre outros). Na introdução, Barbara L. Voss e Robert A. Schmidt (2000) avisam que a sexualidade não é um tema isolado da cultura, daí a sua relevância para a arqueologia, e colocam como postulados: 1) que a sexualidade deve ser estudada, em arqueologia – assim como o é em antropologia –, como construção social; 2) que os arqueólogos devem adotar uma postura reflexiva e crítica; 3) que a sexualidade é múltipla e se expressa de maneira variável e, enfim, 4) que toda análise da sexualidade deve ser contextual. Depois de assumirem as dificuldades de se encontrar evidências arqueológicas de práticas sexuais, os autores partem para o exame do modo como outros campos disciplinares, com os quais a arqueologia da sexualidade deveria ampliar o diálogo, consolidaram a temática em questão, tais como a sexologia, a antropologia social e cultural, a antropologia física ou biológica, a história, os estudos clássicos greco-romanos e, enfim, a história da arte (VOSS & SCHMIDT, 2000).

⁷ Nossa tradução livre do inglês: “Arqueologias queer desafiam todos os aspectos da prática normativa estabelecida.”

Esses dois conjuntos de publicações foram seminais para a instituição do campo de estudos da sexualidade em arqueologia nos países de língua inglesa⁸. Em 2004, os principais estudiosos do tema se reuniram no Canadá, naquele que seria o primeiro evento pautando o tema da teoria queer em arqueologia, intitulado *Que(e)rying Archaeology* (na 37ª Chacmool Conference, Universidade de Calgary). Os anais seriam publicados em 2009, contendo mais um importante artigo de revisão de autoria de Barbara L. Voss. Nesse texto, a autora lembrou que, em 1996, a Chacmool Conference tinha sido dedicada à arqueologia do gênero, tornando-se também o primeiro evento a discutir essa temática de maneira mais ampla. Reconhecendo a consolidação dos campos de estudos de gênero e de sexualidade nos Estados Unidos e nos países de língua inglesa, a autora lamentou que o tema principal no campo da sexualidade em arqueologia tenha sido até então o “outro sexual” – a prostituição em arqueologia histórica, a homossexualidade, a transexualidade e os “terceiros sexos/gêneros”, o celibato religioso e suas implicações sexuais, os espaços públicos sexualizados e as imagens eróticas – e que pouca atenção tenha sido dada ao modo como a sexualidade participa da própria construção das culturas estudadas (VOSS, 2009).

Ao longo da década de 2000, uma certa quantidade de pesquisas seria divulgada, ampliando, ainda mais, as possibilidades teóricas e as soluções metodológicas dos estudos de sexualidade em arqueologia, respondendo à inquietação de Barbara L. Voss. Vai-se desenvolvendo a ideia de que a teoria queer, por natureza, não pode ser fixa e estável e deve se reinventar a cada pesquisa, conforme cada tema e de acordo com cada pesquisador, o que faz, então, com que o escopo crítico seja cada vez mais ampliado (ALBERTI, 2013). Queer passa a ser, com efeito, mais do que um questionamento das abordagens heteronormativas, como, por exemplo, realizado através de grande parte dos estudos contidos nos dois conjuntos de publicações de 2000, mencionados anteriormente. Queer se torna, ainda, um mecanismo de impugnação das interpretações normativas em arqueologia, como, por exemplo, no artigo de Chelsea Blackmore (2011) sobre as identidades de classe entre os maias (do sítio arqueológico Chan, de Belize). A autora mostra que os plebeus agricultores não eram simplesmente uma imagem em negativo dos aristocratas urbanos e não se reduzem a suas habilidades produtivas, como se encontra com frequência nos textos arqueológicos; Blackmore (2011) afirma que esses grupos subalternizados tinham seus próprios costumes, práticas, rituais, distinções sociais internas, bem particulares, que pouco tinham a ver com o contraste com a realidade urbana da época (entre os séculos VII a X da era cristã). Assim, para Chelsea Blackmore:

[...] “queering” the past forces us to interrogate our own assumptions and situated identities. Without such critical examinations, archaeology remains an antiquarian pursuit, rather than an emancipatory practice – one that situates our epistemologies and refocuses our discussion to an analyses of difference⁹ (2011:90).

Na perspectiva da arqueologia como prática emancipatória, recentemente, em 2016, a revista de divulgação da Sociedade Americana de Arqueologia (SAA), *The SAA Archaeological Record*, apresentou um dossiê dedicado à “arqueologia queer”, intitulado

⁸ A esses dois conjuntos de textos, devem-se acrescentar e ressaltar a relevância dos livros de Timothy L. Taylor (1996) e de Lynne Bevan (2001), embora a repercussão dessas obras não tenha tido o mesmo alcance que os dois conjuntos de textos publicados em 2000.

⁹ Nossa tradução livre do inglês: “[analisar] o passado [na perspectiva] queer nos obriga a interrogar nossos próprios pressupostos e identidades situadas. Sem tais exames críticos, a arqueologia continua sendo uma busca de antiquários, em vez de uma prática emancipatória – uma que situa nossas epistemologias e reorienta nossa discussão em direção a uma análise da diferença.”

"Towards an Inclusive Queer Archaeology". O dossiê celebra a criação, ocorrida na reunião anual da Sociedade Americana de Arqueologia em 2014, do *"Queer Archaeology Interest Group"*, QAIG. O grupo, reunindo não somente pessoas que se reconhecem como gays, lésbicas, transexuais/transgêneros, queers e intersexuais (LGBTQI), mas também pessoas que não se identificam com nenhuma dessas categorias, teria como objetivos, partindo da abordagem queer, o estabelecimento de uma rede de pesquisadores interessados na temática da sexualidade, o desenvolvimento de programas de suporte para pesquisadores LGBTQI e a elaboração de mecanismos de facilitação da inserção de LGBTQI nos assuntos da SAA (DANIS, 2016).

O dossiê é composto por seis textos produzidos por arqueólogos-professores, arqueólogos-profissionais de empresas privadas ou órgãos governamentais e estudantes de graduação e pós-graduação. O texto de introdução de autoria de Dawn M. Rutecki e Chelsea Blackmore (*"Towards an Inclusive Queer Archaeology: an overview and introduction"*) e o texto de autoria de James Aimers e Dawn M. Rutecki (*"Brave New World: interpreting sex, gender, and sexuality in the past"*, pp. 12-17), sem fazer uma revisão do que foi produzido em arqueologia desde o dossiê seminal da *World Archaeologies*, organizado por Thomas A. Dowson, e do livro organizado por Robert A. Schmidt e Barbara L. Voss, ambos datados do ano de 2000, apresenta a potencialidade da teoria queer para a arqueologia como um instrumento crítico contra a heteronormatividade e a favor de uma concepção mais fluida, complexa e performativa da sexualidade e do gênero.

O artigo de Chelsea Blackmore, Leslie Drane, Richard Baldwin e David Ellis (*"Queering Fieldwork: difference and identity in Archaeological Practice"*) traz as narrativas das dificuldades encontradas pelos autores em suas pesquisas de campo e em suas experiências profissionais pelo fato de se considerarem ou de se assumirem como "queer" – o texto traz depoimentos pessoais dos autores, além de análises que dão conta do caráter hostil que a pesquisa de campo arqueológica parece adquirir para pesquisadores que se definem assim. O artigo de Samantha Easy, Geneviève Godin e Theresia Starzmann (*"Teaching Gender in Archaeology: a conversation"*) aborda, num primeiro momento, as maneiras sutis através das quais o ensino de arqueologia geralmente reproduz o sexismo, naturalizando e universalizando as divisões de gênero binárias e a heterossexualidade compulsória; em seguida, as autoras (uma professora e duas de suas alunas) apresentam os resultados parciais de uma pesquisa que realizaram junto aos estudantes de uma disciplina ministrada por Samantha Easy sobre o ensino de gênero em arqueologia e o sexismo. O artigo seguinte, de autoria de Emily Dylla, Sheena A. Ketchum e Carol McDavid (*"Listening More and Talking Less: on being a good ally"*) apresenta o ponto de vista de pessoas que não se intitulam como LGBTQI, mas que se consideram "bons/as aliados/as" de arqueólogos LGBTQI e dão conselhos para se combater o preconceito e evitar a discriminação no ambiente de trabalho, tais como: o de ter consciência do seu próprio lugar privilegiado (de arqueólogos homens, brancos, heterossexuais, cidadãos não refugiados, falantes de inglês como língua materna etc) e, assim, questionar o privilégio, se solidarizar com os não privilegiados (dentre os quais, os sujeitos LGBTQI) e combater os mecanismos de concessão de privilégios¹⁰; e o de combater as micro-agressões (piadas, brincadeiras de mal gosto, invalidações do outro, insultos inconscientes ou involuntários, etc). Por fim, o último artigo é um breve relato do primeiro encontro do QAIG, escrito por Anne Davis.

¹⁰ Thomas A. Dowson (2000a), em outro texto, já havia alertado para a importância de se refletir sobre e lutar contra os privilégios na prática de pesquisa arqueológica.

Assim, a lição geral que se tira desse dossiê parece ser a de que é possível, não só fazer pesquisas informadas pela crítica queer nos dias de hoje, mas fazer pesquisas arqueológicas num ambiente mais inclusivo, donde o título da publicação. James Aimers e Dawn M. Rutecki chamam a atenção para o fato de que inadvertidamente escrevemos o passado da maneira como vivenciamos o presente, e nossas interpretações enviesadas do passado podem ser tomadas de maneira inapropriada por nossos contemporâneos, inclusive para fins políticos. Assim: “*By applying critical perspectives to our interpretations of past peoples’ understandings of sex, gender, and sexuality, among many other aspects of community and individual experiences, we can work toward fuller and more diverse representations of those pasts*”¹¹ (2016:16).

Pensando no que foi apontado por James Aimers e Dawn M. Rutecki (2016) e na formação de profissionais mais habilitados para lidar com a diversidade sexual e de gênero, uma outra iniciativa norte-americana bastante relevante para o incremento da discussão sobre sexualidade em arqueologia, também em 2016, foi o lançamento, pelo National Park Services, órgão do Departamento de Interior do governo dos Estados Unidos responsável pelos Parques Nacionais do país, de um volume online da publicação *LGBTQ America: a Theme Study of Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender and Queer History*. A publicação eletrônica contém 32 capítulos escritos por diversos autores, tendo como objetivo informar sobre a preservação do patrimônio cultural de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e queers. Nela, um capítulo é dedicado exclusivamente ao “contexto arqueológico LGBTQ” (de autoria de Megan E. Springate), e alguns outros são dedicados aos locais de memória LGBTQ em certas cidades norte-americanas onde há “comunidades” mais numericamente expressivas.

Mesmo que a crítica queer e a arqueologia das sexualidades não sejam propostas dissidentes tão destacadas como as perspectivas feminista e indígena no rol das “arqueologias alternativas” (GNECCO, 2012), a publicação do National Park Service norte-americano e o dossiê da *The SAA Archaeological Record* parecem demonstrar que estamos diante de um campo de estudos já reconhecido e, talvez, em vias de se constituírem mais uma alternativa para a arqueologia – mais do que uma arqueologia alternativa. Como propõe Cristóbal Gnecco:

Talvez possamos chegar a uma arqueologia que se abre a outros mundos e, ao fazê-lo, ela deixa de ser o que foi para buscar outros destinos. Uma arqueologia da diferença radical – uma arqueologia radical da diferença. Não outra arqueologia senão outros mundos a partir da arqueologia (2017:21).

Embora representem esses outros mundos promissores, a perspectiva queer e a arqueologia das sexualidades extrapolaram muito pouco (ou quase nada) as fronteiras dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, da Austrália e de outros países de língua inglesa e, assim, a nível global, ainda são propostas bem tímidas: podem-se notar, pelo mundo afora, alguns poucos arqueólogos desenvolvendo pesquisas na Noruega, na Espanha ou no Leste Europeu; alguns grupos de trabalho em eventos, como no *Annual Meeting of European Association of Archaeologists*; e algumas disciplinas sendo ministradas em cursos de graduação e pós-graduação. Na América Latina, apesar da consolidação dos estudos de sexualidade em antropologia (e, em menor grau, na sociologia e na história) e da forte influência da teoria queer, sobretudo no Brasil e na Colômbia, a arqueologia só se

¹¹ Nossa tradução livre do inglês: “Ao aplicar perspectivas críticas às nossas interpretações dos entendimentos das pessoas do passado sobre sexo, gênero e sexualidade, dentre tantos outros aspectos das comunidades e das experiências individuais, podemos trabalhar no sentido [de obter] representações mais completas e mais diversificadas desses [tempos] passados.”

mostra mais interessada nos estudos de sexualidade no México¹² e bem menos ou nada nos outros países.

POR UMA ARQUEOLOGIA BRASILEIRA MAIS AVISADA... E POR UMA ANTROPOLOGIA MAIS ARQUEOLÓGICA.

Diante do desenvolvimento da “queer archaeology” e da arqueologia das sexualidades nos países de língua inglesa e ciente da forte influência da arqueologia desses países na formação de arqueólogos brasileiros, pode-se fazer as seguintes perguntas: qual é o lugar da sexualidade na arqueologia brasileira? E o da perspectiva queer? A resposta é desconcertantemente negativa: o tema da sexualidade está ausente da arqueologia brasileira, assim como a perspectiva queer, embora a crítica feminista e os estudos de gênero ocupem um certo lugar... reduzidíssimo (RIBEIRO, 2017).

Para confirmar o que já se podia imaginar, foi realizada uma breve pesquisa bibliográfica com o intuito de mapear as publicações nos periódicos brasileiros de arqueologia (ou nos periódicos nacionais que divulgam com certa frequência os resultados dos trabalhos dos arqueólogos) e as dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no Brasil nos Programas de Pós-Graduação em Arqueologia, em Antropologia, em História ou afins (com áreas de concentração e/ou linhas de pesquisa em arqueologia ou temáticas atinentes à arqueologia)¹³.

A partir disso, foram examinados os resumos (e, em casos de dúvidas levantadas, o conteúdo completo) dos artigos, dissertações e teses, após a seleção daqueles que continham nos títulos ou nas palavras-chave as expressões “sexo”, “sexualidade”, “práticas sexuais”, “diferenças sexuais”, “homossexualidade”, “LGBT” e até mesmo “gênero”, “mulher”, “feminino”, “masculino” ou “homem” – ainda que o foco fosse a sexualidade, não o gênero. Os artigos foram consultados diretamente nos sites dos periódicos, quando disponíveis, no início de agosto de 2017: foram sondados os 34 números disponíveis online do *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* (MPEG), 20 números dos *Cadernos LEPAARQ* (UFPEL), 20 números de *Habitus* (IGPH/UCG), 38 números da *Revista de Arqueologia* (SAB), 18 números da *Revista de Arqueologia Pública* (UNICAMP), 25 números da *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* (MAE/USP), 13 números da *Revista Tarairiú* (UEPB), 7 números da *Revista Tessituras* (UFPEL) e, enfim, 21 números de *Vestígios: Revista Latinoamericana de Arqueologia Histórica* (UFMG); infelizmente, não estava disponível para consulta online a *Revista Clio. Série Arqueológica* (UFPE), mas conseguimos alguns artigos através de outros sites que não o do periódico.

Além disso, foram consultadas dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação em Arqueologia da UFPE (através do repositório da UFPE), da UFPI (site do Programa), da UFRJ (site), UFS (site) e USP (repositório da USP) e dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia da UFPI (site), da UFBA (repositório da UFBA), da UFGD (site), da UFG (site), da UFMG (banco de teses da CAPES), da UFAM (site), da UFPA (Plataforma Sucupira, CAPES) e da UFPR (site), além de alguns Programas de Pós-Graduação em História, onde há a atuação de arqueólogos (como na UNICAMP). Para aprimorar o acervo de dissertações e teses, consultamos ainda o banco de dissertações e teses disponibilizados no site da CAPES.

¹² Ver, a esse sujeito, o número 104 da revista *Arqueología Mexicana*, de 2010, que traz o dossiê intitulado “*La Sexualidad en Mesoamérica*”.

¹³ A pesquisa teria sido mais completa se tivéssemos conseguido levar em consideração toda a produção bibliográfica de arqueólogos que atuam no Brasil, buscando em seus currículos o conjunto de sua obra, o que não foi possível, por ora.

Foram encontrados alguns artigos e textos de conclusão de curso de pós-graduação sobre gênero, inclusive na perspectiva feminista, principalmente publicados mais recentemente (embora o termo “feminista” ou “feminismo” nunca apareçam nos títulos). No entanto, como já se esperava, além de um ou outro trabalho sobre as representações sexuais ou da sexualidade em contextos clássicos (gregos ou romanos) – sobretudo, dissertações e teses defendidas no Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP sob a orientação de Pedro Paulo Funari –, nada foi encontrado que colocasse a temática da sexualidade como objeto do estudo. Constatou-se que “sexo” e/ou “sexual”, nos pouquíssimos casos em que esses termos aparecem – menos de dez –, referem-se às “diferenças sexuais”, confundindo-se com a maneira como mais usualmente é definida a categoria de “gênero” na atualidade (por exemplo, GASPAR, HEILBORN & ESCORCIO, 2011); “erotismo” ou “sexualidade” aparecem em menos de cinco textos, geralmente tratando de abordagens clássicas das representações gregas ou romanas (por exemplo, CAVICCHIOLI, 2004; FEITOSA, 2003; SANFELICE, 2010). Um artigo publicado na Revista de Arqueologia Pública, de autoria de Renato Pinto, intitulado “Museus e Diversidade Sexual: reflexões sobre mostras LGBT e Queer”, em 2012, reflete muito mais as preocupações da museologia do que de uma possível arqueologia das sexualidades (PINTO, 2012). Alguns textos sobre os temas mais diversos relativos aos grafismos rupestres parecem apresentar uma ou outra reflexão sobre as possíveis representações de cenas da vida sexual passada, mas esse nunca foi o foco dos textos, embora, no caso de Michel Justamand, a sexualidade tome um espaço considerável em suas publicações (JUSTAMAND, 2010, 2014; JUSTAMAND & FUNARI, 2014). Quanto à teoria queer, ainda que não se tenha encontrado artigos ou dissertações e teses com o termo no título ou nas palavras-chave, “crítico” é um termo cada vez mais (timidamente) presente, representando trabalhos críticos na postura metodológica e reflexiva, na análise teórica e nos questionamentos epistemológicos – no Brasil, são os estudos informados pelas teorias da subalternidade e da decolonialidade, como os que lidam com escravidão do ponto de vista dos escravos ou com povos indígenas na abordagem colaborativa, por exemplo, os que mais se auto-intitulam como críticos (por exemplo, COSTA, 2017; MACHADO, 2017).

Percebe-se, dessa maneira, a ausência (ou desinteresse) na (da) arqueologia brasileira no tratamento dado às temáticas referentes à sexualidade como objeto de pesquisa específico. Por quê? Barbara L. Voss e Robert A. Schmidt (2000), na introdução ao livro que organizaram em 2000, *Archaeology of Sexualities*, se perguntaram sobre as razões que teriam feito com que, nos Estados Unidos, o tema da sexualidade tivesse tardado a despontar, apesar dos avanços das teorias feministas. Os autores respondem, inspirando-se em Gayle Rubin (1984), com os axiomas segundo os quais 1) muitos pesquisadores acreditavam que a vida sexual tinha a ver com a natureza do ser humano, logo, prescindia de qualquer análise do ponto de vista das ciências humanas; 2) muitos pesquisadores consideravam os comportamentos sexuais como algo perigoso de se tratar, logo, indiscutível no âmbito da ciência; 3) muitos pesquisadores, enfim, pregavam que o sexo e a sexualidade tinham a ver exclusivamente com a reprodução humana e, por isso, qualquer pesquisa deveria levar em consideração a realidade primordial e supostamente universal da família, do casamento e da heterossexualidade, excluindo-se do interesse da pesquisa a vida sexual não reprodutiva – como se os órgãos ditos sexuais tivessem como única função a reprodução, assim como a boca teria como única função a alimentação e os pés, a mobilidade (VOSS & SCHMIDT, 2000).

Talvez esses axiomas pejorativos sejam os mesmos que vêm impedindo o desenvolvimento de uma arqueologia das sexualidades no Brasil, acrescidos de outras razões, como, por exemplo, o campo de forças políticas (e econômicas?) que pautou a

agenda de formação do campo disciplinar nos últimos quarenta anos no país tendo como foco os temas que dessem mais “cientificidade” e, por conseguinte, mais credibilidade, seriedade e legitimidade ao novo campo disciplinar, contra a percepção que se tinha da arqueologia como ciência de elucubrações nobiliárquicas, divagações penosas e cogitações fantásticas sobre o passado – Loredana Ribeiro (2017) discute com muito rigor, na perspectiva decolonial, as limitações dos estudos de gênero na arqueologia brasileira, mas não as dos estudos de sexualidade.

Estudar a sexualidade na arqueologia brasileira – numa perspectiva queer – pode ser uma maneira de pensar melhor as relações sociais em outras épocas, relações que podiam ser marcadas, também, pelo gênero, pela idade/geração, pela ocupação/profissão, pelo status, pela classe – *rank* e/ou casta –, pela raça e/ou etnia/etnicidade, pela religião, pela corporalidade e por diversos outros sistemas culturais de marcação social de diferenças. As pesquisas arqueológicas ficariam mais completas ou poderiam dar conta de outros (ou um número maior de) determinantes para as realidades estudadas, informadas, inclusive, pelas teorias da decolonialidade que dão muito bem conta dos processos de silenciamentos em vigor no campo científico nas montagens das pautas e agendas de pesquisa (LANDER, 2005; MIGNOLO, 2012; RIBEIRO, 2011).

Nos Estados Unidos, foi a partir do desenvolvimento da preocupação com os estudos de gênero em arqueologia que despontou com mais vigor o interesse em se pesquisar também a sexualidade. Lá, como visto acima, os arqueólogos se inspiraram inicialmente na vasta bibliografia crítica feminista produzida entre as décadas de 1970 e 80 e, depois, na teoria queer, na década de 1990, para, não somente denunciar o androcentrismo e o sexismo da postura dos arqueólogos, mas também propor novos modelos analíticos e interpretativos, novas soluções metodológicas, novas conceptualizações teóricas e, sobretudo, novas ontologias culturais. Autores como Michel Foucault (1976), Gayle Rubin (1975, 1984), Bell Hooks (1984), Judith Butler (1990, 1993), Teresa De Lauretis (1991), Elizabeth Grosz (1994), David Halperin (1995), Thomas Laqueur (1990), Eve K. Sedgwick (1990) e Warner (1993) instrumentalizaram os arqueólogos críticos teoricamente, enquanto as evidências etnográficas os inspiraram metodologicamente.

No Brasil, além da leitura desses autores, uma vasta bibliografia antropológica pode ser de grande relevância para se pensar a sexualidade, a serviço das pesquisas arqueológicas. Assim, seria possível questionar a naturalidade dos sistemas classificatórios, das categorias e taxonomias e contribuir, de algum modo, para o debate sobre o respeito à diversidade e aos direitos humanos, já que o futuro é sempre construído a partir de percepções que se tem do passado; segundo Barbara L. Voss (2009), e os arqueólogos são partes no processo de produção de discursos sobre o passado, queiram ou não. O combate à colonialidade do saber se faz necessário para preencher as lacunas voluntariamente deixadas em aberto e para romper os silenciamentos deliberados das práticas e modos de vida que não correspondem aos padrões instituídos de dominação (LANDER, 2005; MIGNOLO, 2012).

Juntos, arqueólogos e antropólogos (e historiadores) poderiam trabalhar no sentido de: 1) fomentar a elaboração de modelos (fluidos) do passado (e para o presente) mais inclusivos, em termos de gênero e sexualidade – mas, também, em termos interseccionais, como definido por Avtar Brah (2006); 2) questionar a rigidez e a arbitrariedade dos modelos hegemônicos (binários) de referência usados pelas ciências humanas para classificar as diferenças e a variabilidade humanas; 3) interrogar a universalidade (cultural, geográfica e/ou histórica) desse modelos hegemônicos e de alguns padrões de relações sociais, como a família nuclear, a heterossexualidade, a

submissão feminina e/ou a dominação masculina etc.; 4) criar mecanismos teóricos e metodológicos (e epistemológicos) para se compreender melhor a dinâmica das relações sociais ao longo de uma história mais ampla e, assim, contribuir para a sensibilização da sociedade brasileira para os processos que configuraram os contextos nos quais vivemos; 5) mostrar o quanto nossas classificações, categorizações e taxonomias atuais são construídas socialmente e formuladas culturalmente e representam as (histórias das) relações de poder subjacentes ao pensamento hegemônico e à discursividade predominante de nossa época, os interesses de determinados grupos dominantes e até mesmo as formas de resistência que se constituem contra-discursivamente; e, enfim, 6) promover um fazer científico mais justo, reflexivo e colaborativo, que leve a sério, como objeto de pesquisa, a interação entre todos os agentes envolvidos no processo de produção de conhecimentos (arqueológicos, antropológicos e historiográficos). Assim, como diz Barbara L. Voss, na próxima vez em que algum político ou alguém em geral falar ou perguntar sobre o que é “tradicional” ou “natural” no gênero e na sexualidade, poderemos responder “[...] *in chorus of voices that loudly speak against the essentializing of the past in service of the present*”¹⁴ (VOSS, 2009:34).

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Brasil.

¹⁴ Nossa tradução livre do inglês: “[...] num coro de vozes que muito alto se levantam contra a essencialização do passado a serviço do presente.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGARWAL, Sabrina C. & GLENCROSS, Bonnie A. (orgs.). 2011. *Social Bioarchaeology*. Maiden, Wiley-Blackwell.
- AIMERS, James & RUTECKI, Dawn M. 2016. Brave New World: interpreting sex, gender, and sexuality in the past. *The SAA Archaeological Record*, 16, 1:12-17.
- ALBERTI, Benjamin. 2013. Queer Prehistory: bodies, performativity, and matter. In: BOLGER, Diane. (org.). *A Companion to Gender Prehistory*. Maiden, Wiley-Blackwell, pp. 86-107.
- BEVAN, Lynne. (org.). 2001. *Indecent Exposure: sexuality, society, and the archaeological record*. Glasgow, Cruithne Press.
- BLACKMORE, Chelsea. 2011. How to Queer the Past Without Sex: queer theory, feminisms and the archaeology of identity. *Archaeologies: Journal of the World Archaeological Congress*, 7, 1:75-96.
- BLACKMORE, Chelsea., DRANE, Leslie, BALDWIN, Richard & ELLIS, David. 2016. Queering Fieldwork: difference and identity in Archaeological Practice. *The SAA Archaeological Record*, 16, 1:18-23.
- BRAH, Avtar. 2006. Diferença, Diversidade, Diferenciação. *Cadernos Pagu*, 26:329-376.
- BREMMER, Jan. (org.). 1996. *De Safo a Sade: momentos na história da sexualidade*. Rio de Janeiro, Papirus.
- BUTLER, Judith. 1993. *Bodies that Matter: on the discursive limits of "sex"*. Nova York, Routledge.
- BUTLER, Judith. 1990. *Gender Trouble: feminism & the subversion of identity*. Nova York: Routledge.
- CARDÍN, Alberto. 1989. *Guerreros, Chamanes y Travestis*. Barcelona, Tusquets.
- CASELLA, Eleanor. C. 2000. 'Doing Trade': a sexual economy nineteenth-century Australian female convict prisons. *World Archaeology*, 32, 2:209-221.
- CASELLA, Eleanor. C. & FOWLER, C. 2005. Beyond Identification: an introduction. In: CASELLA, Eleanor. C. & FOWLER, Chris. (orgs.). *The Archaeology of Plural and Changing Identities: beyond identification*. Nova York, Kluwer Academic/Plenum Publishers, pp. 1-8.
- CAVICCHIOLI, Marina. R. 2004. As Representações da Sexualidade na Iconografia Pompeiana. *Dissertação de Mestrado*. Campinas, Unicamp.
- CLAASSEN, Cheryl. P. 2000. Homophobia and Women Archaeologists. *World Archaeology*, 32, 2:173-179.
- CLAASSEN, Cheryl. P. 1992. Questioning Gender: an introduction. In: CLAASSEN, C. P. (org.). *Exploring Gender through Archaeology: Selected papers from the 1991 Boone Conference*. Madison, Prehistory Press, pp. 1-10.
- CONKEY, Margaret. W. 1993. Making the connections: Feminist theory and archaeologies of gender. In: SMITH, Laura Jane. (ed.) *Women in archaeology: A feminist critique*, vol. 3. Canberra, Research School of Pacific Studies, pp. 3-15.
- CONKEY, Margaret. W. & GERO, Joan M. 1997. Program to Practice: Gender and Feminism in Archaeology. *Annual Review of Anthropology*, 26:411-437.
- COSTA, Diogo M. 2017. Arqueologia História na Amazônia. *Revista de Arqueologia*, 30, 1:154-174.
- DAHLBERG, Frances. 1981. *Woman the Gatherer*. New Haven, Yale University Press.
- DANIS, Annie. 2016. Making a Place in the Field: a report from the first queer archaeology interest group. *The SAA Archaeological Record*, 16, 1:39.
- DE LAURETIS, Teresa. 1991. Queer Theory: lesbian and gay sexualities – an introduction. *differences: A Journal of Feminist Cultural Studies*, 3, 2:iii-xviii.
- DOVER, K. J. 1978. *Greek Homosexuality*. Londres: Duckworth.
- DOWSON, Thomas A. 2009. Queer Theory Meets Archaeology: disrupting epistemological privilege and heteronormativity in constructing the past. In: GIFFNEY, Noreen & O'ROURKE, Michael. (orgs.). *The Ashgate Research Companion to Queer Theory*. Abingdon, Taylor Francis, pp. 277-294.
- DOWSON, Thomas A. 2000a. Homosexuality, Queer Theory and Archaeology. In: THOMAS, Julian. (org.). *Interpretive Archaeology: a reader*. London/Nova York, Leicester University Press, pp.283-289.
- DOWSON, Thomas A. 2000b. Why Queer Archaeology? An Introduction. *World Archaeology*, 32, 2:161-165.

- DYLLA, Emily, KETCHUM, Sheena A. & McDAVID, Carol. 2016. Listening More and Talking Less: on being a goog ally. *The SAA Archaeological Record*, 16, 1:31-36.
- DYNES, Wayne. R. & DONALDSON, Stephen. (orgs.). 1992. *Ethnographic Studies of Homosexuality*. Nova York/Londres, Garland.
- EASY, Samantha, GODIN, Geneviève & STARZMANN, Maria T. 2016. Teaching Gender in Archaeology: a conversation. *The SAA Archaeological Record*, 16, 1:24-30.
- FAUSTO-STERLING, Anne. 1993. The Five Sexes: why male and female are not enough. *The Sciences*, March/April: 20-25.
- FEITOSA, Lourdes M. G. C. 2003. História, Gênero, Amor e Sexualidade: olhares metodológicos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 13:101-115.
- FERNANDES, Estêvão. 2015. Decolonizando Sexualidades: enquadramentos coloniais e homossexualidade indígena no Brasil e nos Estados Unidos. *Tese de Doutorado*. Brasília, UnB.
- FERNANDES, Estêvão, GONTIJO, Fabiano, TOTA, Martinho & LOPES, Moisés. 2016. Apresentação – Dossiê “Experiências da Diversidade Sexual e de Gênero em Áreas Rurais, Contextos Interiores ou Periferizados e/ou Situações Etnicamente Diferenciadas: novos descentramentos em outras axialidades”. *Amazônica: Revista de Antropologia*, 8, 1:9-12.
- FOUCAULT, Michel. 1976. *Histoire de la Sexualité. 1. La volonté de savoir*. Paris, Gallimard.
- GASPAR, Maria Dulce, HEILBORN, Maria Luiza & ESCORCIO, Eliana. 2011. A Sociedade Sambaqueira vista através de Sexo e Gênero. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 21:17-30.
- GELLER, Pamela L. 2009. Identity and Difference: complicating gender in Archaeology. *Annual Review of Anthropology*, 38:65-81.
- GELLER, Pamela L. 2008. Conceiving Sex: fomenting a feminist bioarchaeology. *Journal of Social Archaeology*, 8:113-138.
- GELLER, Pamela L. 2005. Skeletal Analysis and Theoretical Complications. *World Archaeology*, 37, 4:597-609.
- GONTIJO, Fabiano. 2017. As Ilhas Trobriand, a Antropologia e os Dimdim: algumas considerações sobre etnografia, turismo e reflexividade em “lugares sagrados”. *Revista de Antropologia*, 60, 1:263-308.
- GONTIJO, Fabiano, DOMINGUES, Bruno R. C. & ERICK, Igor. 2016. As Experiências da Diversidade Sexual e de Gênero em Quilombos do Nordeste e do Norte do Brasil: para início de conversa. *Amazônica: Revista de Antropologia*, 8, 1:62-89.
- GONTIJO, Fabiano. 2004. Quem são os “Simpatizantes”? Culturas identitárias homossexuais no Brasil urbano. *Sexualidade - Gênero e Sociedade: Boletim do IMS/UERJ*, XI, 21: 1-6.
- GNECCO, Cristóbal. 2012. “Escavando” Arqueologias Alternativas. *Revista de Arqueologia*, 25, 2:8-22.
- GROSZ, Elizabeth. 1994. *Volatile Bodies: toward a corporeal feminism*. Sydney, Allen & Unwin.
- HALPERIN, David M. 1995. *Saint Foucault: towards a gay hagiography*. New York, Oxford University Press.
- HOLLIMON, Sandra. E. 2011. Sex and Gender in Bioarchaeological Research: theory, method, and interpretation. In: AGARWAL, Sabrina C. & GLENCROSS, Bonnie A. (orgs.). *Social Bioarchaeology*. Maiden, Wiley-Blackwell, pp. 149-182.
- HOOKE, Bell. 1984. *Feminist Theory: from margin to center*. Cambridge, South End Press.
- HURTADO, Edson. 2014. *Indígenas Homossexuais*. La Paz, Conexión Fondo de Emancipación.
- JAGOSE, Annamarie. 1996. *QueerT: an introduction*. Nova York, New York University Press.
- JUSTAMAND, Michel. 2014. Rochas de Livres Prazeres. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 10, 109:62-67.
- JUSTAMAND, Michel. 2010. O Brasil Desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato, Piauí. *Tese de Doutorado*. São Paulo, PUC-SP.
- JUSTAMAND, Michel & FUNARI, Pedro Paulo. 2014. Representações da Sexualidade e dos Falos: nas cenas rupestres de São Raimundo Nonato – Piauí, muito antes de 1500. *Revista Sodebrás*, 9, 99:53-56.
- LANDER, Edgardo (org.). 2005. *A Colonialidade do Saber*. Buenos Aires, CLACSO.

- LAQUEUR, Thomas. W. 1990. *Making Sex: body and gender from the Greeks to Freud*. Cambridge, Harvard University Press.
- LEE, Richard B., DeVORE, Irven. (orgs.). 1968. *Man the Hunter*. Chicago, Aldine.
- LEWIN, Ellen. & LEAP, William. (orgs.). 2009. *Out in Public: reinventing lesbian/gay anthropology in a globalizing world*. Oxford, Blackwell Publishing.
- LEWIN, Ellen. & LEAP, William. (orgs.). 1996. *Out in the Field: reflections of lesbian and gay anthropologists*. Urbana, University of Illinois Press.
- LÓPEZ, Laura C. 2015. O Corpo Colonial e as Políticas e Poéticas da Diáspora para Compreender as Mobilizações Afro-Latino-Americanas. *Horizontes Antropológicos*, 21. 43:301-330.
- MacKENZIE, Maureen 1991. *Androgynous Objects: string bags and gender in Central New Guinea*. Chur, Harwood Academic Publishers.
- MACHADO, Juliana. S. 2017. Arqueologias Indígenas: os Laklânō Xokleng e os objetos do pensar. *Revista de Arqueologia*, 30. 1:89-119.
- MALINOSWKI, Bronislaw. 1976 [1923]. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo, Abril Cultural.
- MANIFESTO Queer Nation. 2016. *Caderno de Leituras – Série Intempestiva*, 53:1-13.
- MIGNOLO, Walter. 2012. Decolonizing Western Epistemology / Building Decolonial Epistemologies. In: ISASI-DÍAZ, Ada. M. & MENDIETA, Eduardo. (orgs.). *Decolonizing Epistemologies; Latina/o Theology and Philosophy*. Nova York, Fordham University Press, pp. 19-43.
- MORTON, Donald. (org.). 1996. *The Material Queer: a LesBiGay cultural studies reader*. Boulder, Wetsview Press.
- MURRAY, Stephen. O. 2000. *Homosexualities*. Chicago, University of Chicago Press.
- MURRAY, Stephen. O. 1995. *Latin American Male Homosexualities*. Albuquerque, University of New Mexico Press.
- MURRAY, Stephen. O. & ROSCOE, Will. 1997. *Islamic Homosexualities*. Nova York, New York University Press.
- NARDI, Peter. M. & SCHNEIDER, Beth. E. (orgs.). 1998. *Social Perspectives in Lesbian and Gay Studies: a reader*. Londres: Routledge.
- NATIONAL PARK SERVICE. 2016. *LGBTQ America: a Theme Study of Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender and Queer History*: <https://www.nps.gov/subjects/tellingallamericansstories/lgbtqthemestudy.htm>
- OYEWÚMÍ, Oyeronke. 1997. *The Invention of Women: Making an African sense of Western gender discourses*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- PINTO, Renato. 2012. Museu e Diversidade Sexual: refletindo sobre mostras LGBT e queer. *Revista de Arqueologia Pública*, 5, 1(5):44-55.
- PLUMMER, Ken. (org.). 1992. *Modern Homosexualities: fragments of gay and lesbian experience*. Londres, Routledge. 302pp.
- REEDER, Greg. 2000. Same-sex Desire, Conjugal Constructs, and the Tomb of Niankhkhnum and Khnumhotep. *World Archaeology*, 32, 2:193-208.
- REITER, Rayna. R. (org.). 1975. *Toward an Anthropology of Women*. Nova York, Monthly Review.
- RIBEIRO, Gustavo. L. 2011. Why (Post)Colonialism and (De)Coloniality are not Enough: a post-imperial perspective. *Postcolonial Studies*, 14, 3:285-297.
- RIBEIRO, L. 2017. Crítica Feminista, Arqueologia e Descolonialidade. *Revista de Arqueologia*, 30, 1:210-234.
- ROSALDO, Michelle. Z., LAMPHIRE, Louise. 1974. *Woman, Culture and Society*. Stanford, Stanford University Press.
- ROSCOE, Will. 1998. *Changing Ones: third and fourth genders in Native North America*. Nova York, St. Martin's Griffin.
- ROSCOE, Will. 1991. *The Zuni Man-Woman*. Albuquerque, University of New Mexico Press.

- RUBIN, Gayle. 1984. Thinking Sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: VANCE, Carole. S. (org.). *Pleasure and Danger: exploring female sexuality*. Boston, Routledge and Kegan Paul, pp. 267-319.
- RUBIN, Gayle. 1975. The Traffic in Women: notes on the 'Political Economy' of sex. In: REITER, Rayna. R. (org.). *Toward an Anthropology of Women*. Nova York, Monthly Review, pp. 157-210.
- RUTECKI, Dawn. M. & Chelsea BLACKMORE, C. 2016. Towards an Inclusive Queer Archaeology. In: *The SAA Archaeological Record: the magazine of the Society for American Archaeology*, 16, 1:9-40.
- SANFELICE, Pérola de P. 2010. Sexualidade, Amor e Erotismo na Roma Antiga: as representações de Vênus nas paredes de Pompeia. *Revista OPSIS*, 10, 2:167-190.
- SCHMIDT, Robert A. & VOSS, Barbara L. (orgs.). 2000. *Archaeologies of Sexuality*. . Londres, Routledge.
- SEDGWICK, Eve. K. 1990. *Epistemology of the Closet*. Berkeley, University of California Press.
- SERGEANT, Bernard. 1986. *L'Homosexualité dans la Mythologie Grecque*. Paris, Payot.
- SOFAER, Joanna. 2006. Gender, Bioarchaeology and Human Ontogeny. In: GOWLAND, Rebecca. & KNÜSSEL, Christopher. (orgs.). *The Social Archaeology of Human Remains*. Oxford, Oxbow Books, pp. 155-167.
- STRATHERN, Marilyn. 1988. *The Gender of the Gift: problems with women and problems with society in Melanesia*. Berkeley, University of California Press.
- TARLI, Silvana. M. B. & REPETTO, Elena. 1997. Sex Differences in Human Populations: change through time. In: MORBECK, Mary. E., GALLOWAY, Alison. & ZIHLMAN, Adrienne. L. (orgs.). *The Evolving Female: a life-history perspective*. Princeton, Princeton University Press, pp. 198-208.
- TAYLOR, Timothy L. 1996. *The Prehistory of Sex*. Nova York: Bantam.
- THOMAS, Julian. 2000. Introduction. In: THOMAS, Julian. (org.). *Interpretive Archaeology: a reader*. London/Nova York, Leicester University Press, pp. 281-282.
- TOTA, Martinho. 2012. Entre as Diferenças: gênero, geração e sexualidades em contexto interétnico. *Tese de Doutorado*. Rio de Janeiro, UFRJ.
- VOSS, Barbara. L. 2009. Looking for Gender, Finding Sexuality: a queer politic of archaeology, fifteen years later. In: TERENDY, Susan, LYONS, Natasha & JANSE-SMEKAL, Michelle. (orgs.). *Proceedings of the Thirty-Seventh Annual Chacmool Conference, University of Calgary*. Calgary, University of Calgary Press.
- VOSS, Barbara. L. 2008. Sexuality Studies in Archaeology. *Annual Review of Anthropology*, 37:317-336.
- VOSS, Barbara. L. 2000. Feminisms, Queer Theories, and the Archaeological Study of Past Sexualities. *World Archaeology*, 32, 2:180-192.
- VOSS, Barbara. L. & SCHMIDT, Robert. 2000. A. Archaeologies of Sexuality: an introduction. In: SCHMIDT, R. A. & VOSS, B. L. (orgs.). *Archaeologies of Sexuality*. Londres, Routledge, pp. 1-32.
- WALLIS, Robert. J. 2000. Queer Shamans: autoarchaeology and neo-shamanism. *World Archaeology*, 32, 2:252-262.
- WARNER, Michael. 1993. *Fear of a Queer Planet: queer politics and social theory*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- WEINER, Annette. B. 1992. *Inalienable Possessions: the paradox of keeping-while-giving*. Berkeley, University of California Press.
- WEINER, Annette. B. 1976. *Women of Value, Men of Renown: new perspectives in Trobriand Exchange*. Austin, University of Texas Press.
- WYLIE, Alison. 1985. The Reaction Against Analogy. *Advances in Archaeological Method and Theory*, 8: 63-111.
- ZIHLMAN, Adrienne. 2013. Engendering Human Evolution. In: BOLGER, D. (org.). *A Companion to Gender Prehistory*. Maiden, Wiley-Blackwell, pp. 23-44.

WEBSITES:

Queer Nation: <http://queernationny.org/history>. Consultado em 14/08/2017.